

1 **RESUMO EXECUTIVO DA ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2015**

2 **Data:** 13 de agosto de 2015

3 **Horário:** 9h00

4 **Local:** Auditório SSPREV – Rua Bela Cintra, 657 – Bloco B - 2º andar – Consolação– S.P

5 **Conselheiros presentes conforme lista de presença arquivada na Secretaria Executiva:**

6 **SEGMENTO ESTADO**

7	Amauri Pollachi	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos
8	Carlos Eduardo G. Nascimento	EMAE
9	Cláudia Helena Leite	EMPLASA
10	Eduardo Trani	Secretaria do Meio Ambiente
11	Filipe Falcetta	IPT – Inst de Pesquisas Tecnológicas (p/ Gerson Salviano)
12	Gilson Gonçalves Guimarães	CETESB
13	Jefferson Alexandro Smario	Casa Militar (Defesa Civil)
14	Laura Stela Naliato Perez	Secretaria do Meio Ambiente
15	Lauro Kuester Marin	Secretaria da Fazenda
16	Marcel Bataiero	Secretaria da Saúde (p/ Luiz Ozório Valentim)
17	Marcelo Poci Bandeira	Secretaria Logística e Transportes
18	Mônica Therezinha B. Rossi	CDHU
19	Seica Ono	DAEE
20	Sérgio Antônio da Silva	SABESP
21	Sérgio Luiz Damiani	Secretaria Estadual de Educação
22	Silvio Renato Siqueira	SABESP

23 **SEGMENTO MUNICÍPIOS**

24	Antônio Carlos Nery Pinho	Mairiporã
25	Elisângela Martins	Jandira
26	João Carlos Piscirilli Ramos	Embu das Artes
27	Joaquim José de Mello Bastos	São Paulo (p/ Ricardo Gaspar)
28	José Edilson Marques Dias	Poá
29	José Soares Marcondes	Embu Guaçu
30	Karin Kelly da Silva	Ribeirão Pires
31	Letícia de Fátima Moraes	Suzano
32	Magner Alandey Dantas da Silva	Santo André
33	Marcos Antônio Dantas Moura	Barueri
34	Natália Domingos	Ferraz de Vasconcelos
35	Osmar Silva Filho	São Caetano do Sul
36	Paula C. Ramalho	São Bernardo do Campo (p/ João Ricardo Guimarães)
37	Regina Satie M. Taniguichi	Itaquaquecetuba
38	Romeu Baptista Pereira de Lemos	Guarulhos
39	Solange Wu	Salesópolis
40	Vanessa Apolinário	Santana de Parnaíba (p/ Jaderson Spina)

41 **SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL**

42	Denis Duck	SASP
43	Francisco de Assis Ramalho Além	CIESP – São Paulo
44	Francisco S. Mello Filho	SINDAREIA (p/ Luiz Souza Carvalho)
45	José Roberto Terassi	ACISE
46	Juliana Geseira	Sind. Rural de Mogi das Cruzes
47	Luciomar Santos Werneck	ABES
48	Osni de Mello	SINDIPEDRAS
49	Reynaldo Young	AESabesp
50	Ronaldo Sérgio Vasques	FIESP
51	Silene Bueno de G. Purificação	Centro Univ. SENAC
52	Tânia Mara Pereira da Silva	MOVIECO
53	Virgílio Alcides de Faria	MDV
54	Wilson Roderval Pereira	CPMAO

55 **CONVIDADOS PERMANENTES**

56	Arnaldo Pereira da Silva	CREA
57	Mario Thadeu Barros	USP

58
59 **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS**

60	Prefeito Benedito Rafael da Silva	Salesópolis
61	Silvana Franco M. Margatho	Secretaria da Agricultura
62	Leila Tendrih	Secretaria de Planejamento e Gestão
63	Claudete Hahn	Fundação Florestal
64	Edésio Rocca	SENAI
65	Cristiane Cortez	FecomercioSP
66	Laura Gonçalves	CIESP Oeste

67
68

69 **1. Abertura:** O Sr. Francisco de Assis Ramalho Além, Vice-Presidente CBH-AT, abriu a reunião
70 em segunda chamada, após constatar a existência de *quórum*, justificando a ausência do Sr.
71 Benedito Rafael da Silva, Presidente do CBH-AT, que teve compromissos inadiáveis e convidou
72 para compor a mesa o Sr. João Carlos Piscirilli Ramos (Presidente do Conselho Deliberativo
73 da FABHAT). **2. Leitura, discussão e votação da ata da 5ª Reunião Plenária Extraordinária**
74 **de 2015, realizada em 16/07/15:** A ata é colocada em votação e aprovada por unanimidade.
75 **3. Expediente, Comunicações e Ordem do Dia:** O Secretário do CBH-AT, Sr. Amauri Pollachi
76 (SSRH), informou sobre documentos relevantes que tramitaram pela Secretaria Executiva do
77 Comitê do Alto Tietê desde a última Plenária: (i) documento do MDV encaminhando a Carta da
78 Billings referente à Crise Hídrica; (ii) Ofício em resposta à CETESB, referente à análise de um
79 empreendimento na região de Embu Guaçu; (iii) Ofício do CBH-AT ao Instituto 5 Elementos
80 solicitando o envio do Atlas em meio digital referente ao projeto FEHIDRO “Programa de
81 Educação Ambiental para o Alto Tietê”, para publicação no site do Comitê; (iv) respostas aos
82 Ofícios da Prefeitura de Caieiras à respeito da pontuação dos empreendimentos que foram
83 apresentados por essa Prefeitura na última seleção de projetos do FEHIDRO (v) convite para
84 Audiência Pública, cujo tema é Crise Hídrica, a ser realizada nos dias 20 e 21, das 9 às 19
85 horas no Auditório da Rua Riachuelo, 115, promovida pelo Ministério Público do Estado de São

86 Paulo, em conjunto com o Ministério Público Federal, dentre outros órgãos; (vi) recebimento do
87 relatório mensal de qualidade das águas do Sistema Cantareira, elaborado pela CETESB (vii)
88 resposta às solicitações do Ministério Público, relativo às informações disponíveis no Comitê
89 do Alto Tietê sobre a qualidade das águas de diversos sistemas de abastecimento público.
90 Destaca algumas atividades que a Secretaria Executiva desenvolveu ao longo dos últimos 30
91 dias como, por exemplo, o apoio à Fundação Agência da Bacia para solução de pendências
92 referentes ao cadastro de cobrança. Comentou sobre a discussão com os municípios e o
93 Subcomitê Juqueri Cantareira à respeito da Minuta do Decreto de Regulamentação da lei que
94 criou a Área de Proteção e Recuperação de Mananciais do Alto Juqueri, informando uma
95 reunião agendada para dia 19/08 em Mairiporã para discussão desse tema. Reunião com
96 representantes do município de Suzano para tratar do Projeto de Lei 980/15 e sobre o PDPA
97 do Rio Guaió. Destacou a realização da Reunião da Câmara Técnica de Planejamento e
98 Articulação, em conjunto com o GT Outorga, no dia 28/08 e cujo produto será objeto desta
99 reunião para deliberação. Parabeniza a todos os integrantes da Câmara Técnica de
100 Monitoramento Hidrológico, onde iniciou sua primeira reunião no Comitê do Alto Tietê em 04/08.
101 Sendo eleita coordenadora a Sra. Lilian Peres (CETESB), como vice coordenador o Sr. Alfredo
102 Pizani (DAEE) e como relator o Sr. Marcos Ummus (Cotia). O Grupo de Trabalho Gestão da
103 Demanda reiniciou seus trabalhos em 05/08, sobre a coordenação da Sra. Cristiane Cortez
104 (FECOMERCIO) e tendo como relator o Sr. Sérgio Braga (Guarulhos). Esteve representando o
105 Presidente do Comitê do Alto Tietê na abertura do Encontro Técnico e da Feira Nacional de
106 Saneamento, promovida pela Associação dos Engenheiros da SABESP. Estiveram na Câmara
107 Municipal de São Lourenço da Serra, já desenvolvendo uma parceria com o Comitê de Bacia
108 do Ribeira de Iguape e dando início a uma antiga reivindicação dos municípios daquela região,
109 Alto Juquiá, principalmente citando os municípios de Jujutiba e São Lourenço da Serra, que
110 fazem parte deste Comitê e também do Comitê do Ribeira do Iguape. Participaram dessa
111 reunião inicial em conjunto com a Câmara Técnica de Planejamento daquele Comitê. Destaca
112 que não será objeto de apreciação aqui na Bacia do Alto Tietê, mas que irão acompanhar esse
113 processo com grande interesse. **4. Informações da Diretoria:** O Vice-Presidente ressalta a
114 importância da reunião dos Subcomitês para uma reestruturação e um efetivo andamento. E
115 também que foi muito proveitosa a reunião no CIESP Lapa, na qual dos 21 representantes da
116 Sociedade Civil convidados, compareceram 18 e informou que sempre antes das Reuniões
117 Plenárias, há essa reunião. Ressalta que encerrou a gestão anterior como Presidente do
118 Conselho Deliberativo da FABHAT, onde foram aprovadas as contas e dado início à gestão de
119 2015/2017, sendo eleito para Presidente o Sr. João Carlos Piscirilli Ramos (Presidente da
120 FABHAT). **5. Apresentação complementar pela SABESP “Informações sobre o
121 andamento das obras e ações emergenciais para enfrentamento da crise hídrica”,
122 solicitadas mediante Ofício CBH-AT nº 47/2015, de 27/05/2015, com destaque para (I)
123 início e conclusão das etapas, (II) dimensões e principais características (III)
124 licenciamento ambiental e outorga e (IV) contratações e valores de obras.** O engenheiro
125 Sr. Marco Antônio Lopes Barros (SABESP) dá início à apresentação informando que as obras
126 emergenciais se concentram na transposição de águas do Rio Pequeno para o Rio Grande e
127 para Rio Taiaçupeba. A obra começou em maio e tem previsão de conclusão para setembro e
128 o custo é de cerca de R\$ 130 milhões. Essa é a principal obra de emergência para o
129 abastecimento da região metropolitana. Outra obra é o bombeamento do Rio Guaió para o
130 Ribeirão dos Moraes, afluente do Rio Taiaçupeba, que vai melhorar o abastecimento do Alto

131 Tietê para a população dos municípios de Suzano, Mogi das Cruzes, Arujá, Ferraz de
132 Vasconcelos, Itaquaquecetuba, Poá, além de parte de Guarulhos, na Grande São Paulo, e uma
133 parcela da zona leste da capital. Um investimento de R\$ 28 milhões, realizado com mão de
134 obra própria da SABESP. A obra foi concluída em junho e está em fase de testes de
135 bombeamento. A terceira obra que consta do Plano de Ações Emergenciais é o aumento da
136 capacidade de tratamento de Itapevi de 15 para 16 m³/s por meio da instalação de membranas
137 ultra filtração e concluiu em julho de 2015, a um custo de R\$ 41,5 milhões de reais. A SABESP
138 mapeou 550 locais de máximo interesse social da região metropolitana em um Plano de
139 Atendimento Emergencial. Ações previstas no CHES ainda estão em estudo, pois não se tem
140 definições concretas contra esses três objetos, que é a transferência de 1.000 litros/s do Rio
141 Alto Juquiá para o Ribeirão de Santa Rita, pertencente do sistema Guarapiranga, a
142 transferência de até 2.500 litros/s do Rio Itapanhaú para a Represa de Biritiba Mirim,
143 pertencente do Sistema Alto Tietê e, em fase de elaboração, a transferência de 2.000 litros/s
144 da cabeceira do Rio São Lourenço para o Ribeirão das Lavras, também do Sistema
145 Guarapiranga. A previsão é que estas três ações sejam desenvolvidas ao longo dos anos de
146 2015 e 2016, tendo com isso um aporte de água bruta de mais 5.500 litros por segundo sendo
147 3.000 litros no Guarapiranga e 2.500 no Sistema Alto Tietê. A SABESP ainda está fazendo
148 estudos junto com o Centro de Pesquisas de Águas Subterrâneas do Instituto de Geociências
149 da USP para identificação e perfuração de 200 poços na região metropolitana para contribuir
150 com até 2.000litros/s de água. Outra ação, que também consta no CHES, é o Plano de
151 Atendimento Emergencial nos locais de máximo interesse público, foram identificados locais e
152 edificações que sejam relacionados à área de saúde e segurança pública como hospitais,
153 prontos socorros, clínicas de hemodiálises, presídios etc. A seleção foi realizada em conjunto
154 com as Secretarias de Saúde e Segurança de Administração Penitenciária, pois concentram
155 as pessoas impedidas de buscar água por doença ou por encarceramento, em caso de
156 desabastecimento. Nós já equacionamos quase 496 locais, restam 54, que necessitam de 79
157 quilômetros de prolongamentos de rede para que nós possamos buscar a água diretamente
158 nas adutoras do Sistema Adutor Metropolitano. Essas adutoras permanecerão sempre com
159 água, dentro da operação, mesmo nos momentos mais críticos, e nós estamos fazendo
160 interligações diretas nesse sistema para o abastecimento desses planos prioritários. O Sr.
161 Virgílio Alcides de Faria (MDV) observa que ninguém está falando em recuperação dos
162 mananciais e propõe que esse Comitê cumpra o Artigo 2º, Inciso VII, da Resolução CONAMA
163 01 de 1986 e requer que se coloque em votação hoje o pedido da presença do empreendedor
164 e que seja apresentado o EIA-RIMA. Observa ainda que a legislação diz que os esgotos, antes
165 de serem lançados nos rios, precisam ser tratados. O Sr. Silvio Siqueira (SABESP) coloca uma
166 solicitação ao Plenário para que sejam emitidos os convites para os demais operadores do que
167 está sendo feito em relação à crise hídrica e registra que com relação à disponibilidade hídrica,
168 esse Comitê precisa estar muito bem coeso e não dividido. A Sra. Paula C. Ramalho (SBC)
169 informou ausência de informação referente aos estudos ambientais com relação às obras
170 previstas e sobre as questões de tratamento e qualidade da água. Sr. Marco (SABESP) ressalta
171 que o conjunto de tudo isso está sendo avaliado ao longo desse ano e provavelmente terão
172 algumas dessas obras no ano que vem e que estão fazendo tudo dentro do seu tempo para
173 que isso evite problemas futuros. Sobre a qualidade da água do Rio Pequeno, a CETESB exigiu
174 que se fizesse um Plano de Monitoramento constante e um trabalho de mitigação. Informou
175 que não há problemas na qualidade da água distribuída de acordo com a transposição do Rio

176 Pequeno para o Rio Grande. O Sr. Romeu Baptista (Guarulhos) informou seu interesse em
177 saber quais foram as medidas compensatórias, de mitigação ambiental e socioambiental
178 dessas obras. O Sr. Marco esclareceu que as medidas adotadas estão previstas dentro de um
179 TCRA que foi firmado em conjunto com a CETESB para as obras emergenciais. Sr. Amauri
180 Pollachi (SSRH) destaca que as licenças ambientais da obra do Rio Pequeno para Taiapuê
181 foram divulgadas no mailing. Sr. Ricardo questiona sobre as perdas e questiona as ações da
182 SABESP, qual é essa intensificação do período de redução e quantas caixas d'água já foram
183 distribuídas para a população. O Sr. Marco informa que não haverá uma explosão do indicador
184 de perdas quando tiver uma normalização do consumo e que nos últimos 6 meses não foi
185 mudado o padrão e ainda que a primeira etapa do programa previa a distribuição de cerca de
186 10 mil caixas d'água, mas que não tem esse número exato no momento. A Sra. Érika Martins
187 (SBC) questiona em relação à reversão e da produção de energia, com relação ao tratamento
188 avançado nas ETAs do ABC e do Rio Grande para o Taiapuê e se essas obras serão
189 entregues a tempo sugerindo a existência de indicadores padronizados. É explicado pelo Sr.
190 Amauri Pollachi (SSRH), que foi citado que os poços que estão sendo pesquisados são aqueles
191 que têm a outorga registrada no DAEE. O Sr. Marcos questiona o porquê está se fazendo a
192 integração por parte do Rio Pequeno para o Rio Grande, se poderiam simplesmente tirar o sifão
193 de perto da Estação de Tratamento. O Sr. Virgílio Alcides de Faria (MDV) manifesta-se dizendo
194 que na Constituição não permite bombear esgoto para a Billings e que qualquer ação que for
195 feita, tem que fazer o EIA-RIMA. O Sr. Marcos Rossi solicita à SABESP esclarecimento sobre
196 os números do Projeto São Lourenço. O Sr. Caio (Projeto Volume Vivo) indaga sobre a
197 utilização da água de reuso na cidade de São Paulo e da possibilidade de se bombear a água
198 com tratamento de membrana e microfiltração. O Sr. Marco (SABESP), respondendo às
199 indagações, esclarece que sobre a questão do tratamento avançado, não tem essa priorização
200 nesse instante, mas os prazos previstos estão sendo trabalhados e cumpridos. E que trabalham
201 juntos com o IWA, que é o Instituto Internacional de Água e seguem exatamente a preconização
202 que eles passam para a determinação das perdas. Quanto ao Plano Diretor de abastecimento,
203 está ainda em elaboração e que qualquer contribuição, mudança ou alteração de cenário, será
204 contemplada. Informou que não está concluído o planejamento de execução da travessia na
205 obra do Rio Grande e que não há no momento os custos do projeto São Lourenço. Informou
206 ainda a existência de estações de reuso, um trabalho em parceria com uma entidade privada
207 pró-fornecimento de água de reuso para o Centro Petroquímico de Mauá e tem se trabalhado
208 para evoluir com essa questão, para fazer o aproveitamento, mas falta uma regulação quanto
209 esse assunto para que possa se definir como tratar. Enfatiza que os trabalhos que a SABESP
210 faz no abastecimento são sempre complementares e nunca se sobrepõem necessariamente.
211 Quanto às situações de definição de emergência pelo Governo ou não, não cabe a SABESP
212 determinar, e sim agir naquilo que é sua pertinência, que é atender aos clientes com a maior
213 quantidade e qualidade de água possível, evitando problemas de saneamento. Agradece ao
214 Comitê e se coloca à disposição. Sr. Francisco Além (Vice-Presidente) diz que o Comitê está
215 aberto democraticamente para qualquer colocação dentro do Estatuto e da Legislação. É
216 solicitado ao Sr. Virgílio Alcides de Faria (MDV), a Sra. Paula C. Ramalho (SBC) e ao Sr. Silvio
217 Siqueira (SABESP) enviarem seus encaminhamentos por escrito. A Sra. Paula C. Ramalho
218 (SBC) propõe a inclusão na pauta da próxima reunião a questão específica dos impactos
219 ambientais da obra de transposição da Billings, os processos de licenciamentos às intervenções
220 aqui expostas e convidar a SABESP e a CETESB para trazer esclarecimentos. O Sr. Virgílio

221 Alcides de Faria (MDV) sugere que chame esse assunto em pauta única, urgente e que sejam
 222 convidados os órgãos licenciadores desse processo. O Sr. Silvio Siqueira (SABESP) coloca
 223 que não se deve usar o Comitê como palanque político partidário, esclarecendo que uma coisa
 224 é um meio democrático e outra são intervenções que fujam ao objetivo deste colegiado e que
 225 isso deve ser separado com critério e rigor. Foi aprovado envio de convite à CETESB para
 226 apresentação dos licenciamentos das obras na próxima reunião **6. Assuntos a deliberar: 6.1.**
 227 **Deliberação nº 15/2015 - Aprova manifestação sobre a renovação da outorga do Sistema**
 228 **Cantareira em 2015:** O Secretário do CBH-AT esclarece que esse Comitê não é partidário, não
 229 tem essa conotação e jamais será. Apresenta um resumo do calendário estipulado e informa
 230 que em 18/09 a ANA e o DAEE apresentarão uma proposta guia e então concluir a renovação
 231 da outorga no dia 31/10/15. Entre setembro e outubro deverão ser promovidas Audiências
 232 Públicas, provavelmente uma no Alto Tietê e outra no PCJ. O Sr. Hiroaki faz a apresentação
 233 do relatório que ainda está em condição de minuta, porém já foi disponibilizado previamente
 234 para todos. Explica que retomaram a manifestação de dois anos atrás e fizeram algumas
 235 atualizações e complementações citando item a item. Comenta que mais importante do que o
 236 relatório é que não se trata mais de discutir a disponibilidade hídrica na região do Alto Tietê,
 237 que já extrapolou a sua região e alcança as áreas críticas da Macrometrópole, que merecem
 238 toda a atenção. Tem que controlar o uso de água para a irrigação e saber quais medidas que
 239 têm que ser tomadas. A questão principal é como resolver essa questão de água da maneira
 240 mais viável possível, em toda a região. Apresenta a demanda de águas observando que
 241 atualmente outorga não é mais da EMAE e sim da Petrobrás. Explica a Rede AcquaNet e
 242 esquemas hidráulicos identificados e arranjo 8, demanda urbana, sistema integrado, águas
 243 superficiais, a produção da água da SABESP na região metropolitana. Também curvas de
 244 permanência de vazões fornecidas a ETA ABV. Obras emergenciais em curso e as águas
 245 subterrâneas, já bastante contaminadas. Fala sobre as vazões médias mensais de 2004 a 2014
 246 e que a outorga precisa respeitar o teto de 33 m³/s. Precisaria de regras mandatórias para a
 247 segurança do sistema. O Sr. Amauri Pollachi (SSRH) explica que foi dividido em dois tipos de
 248 propostas, uma delas relacionado diretamente com a renovação da outorga e outras que não
 249 são diretamente relacionadas, mas promover uma agenda referente ao Sistema Cantareira. A
 250 aplicação das regras a serem reavaliadas e que tenha um acompanhamento permanente dos
 251 Comitês PCJ e Alto Tietê. Também ter diferentes níveis de alerta com essa periodicidade
 252 mensal, estabelecendo uma condição mandatória em função de escassez ou excesso de água
 253 reservada. Tem uma regra clara mês a mês. Aproveitamento da vazão de 31, Túnel 5 e 33 para
 254 recalque da Elevatória de Santa Inês. Tem uma condição importante da SABESP que é a vazão
 255 mínima da Barragem Paiva Castro, que seja reduzida de 1 m³/s para valores compatíveis para
 256 as demandas de usuários e situação de contingência de jusante. Informado que o PCJ colocou
 257 a renovação da Outorga para 10 anos com revisão em 5 e espera-se que a SABESP observe
 258 que a água captada seja distribuída a toda população de forma isonômica. A proposta de uma
 259 agenda com órgãos gestores e demais entes governamentais do sistema de gestão, estão
 260 propondo que seja a ANA e o DAEE, ressaltando a importância do acompanhamento desse
 261 processo. Os Estados de MG e SP, junto com os municípios aprovou a criação de uma área de
 262 proteção e recuperação da qualidade ambiental dos mananciais do Cantareira. Quanto à
 263 questão de renovação da outorga, espera-se que o Estado de São Paulo assuma a liderança
 264 do processo de gestão e articulação para implantar um programa contínuo de gestão de
 265 demanda e recuperação da qualidade das águas do Alto Tietê e PCJ com o auxílio de um

266 observatório de recursos hídricos, para promover uma atividade de acompanhamento dessas
 267 informações. Que o Estado de São Paulo estruture um processo de planejamento e ação
 268 proporcionando maior celeridade no equacionamento técnico, econômico e financeiro e
 269 institucional dos desafios. O Sr. Antônio Carlos (Secretário do Meio Ambiente de Mairiporã) faz
 270 a leitura de um protocolo, entre outras coisas, solicitando a conclusão dos estudos para a
 271 incorporação do reservatório Paiva Castro. O Sr. Ricardo pergunta se esse seria o melhor
 272 momento para se fazer a renovação da outorga ou oficial ao DAEE ou ANA pedindo um novo
 273 prazo até que se estabilize a situação do Cantareira. Sobre a transposição de águas, ver um
 274 pouco melhor essa concepção em termos de fornecimento. A questão da renovação da outorga
 275 tem duas variáveis, qual a demanda, a disponibilidade e a questão dos 30 anos. O Sr. Dimitri
 276 entende que a criticidade não é exclusiva para a região metropolitana de São Paulo, que ela
 277 também já chegou ao Paraíba do Sul, que não foi comentado a interligação entre Atibainha e
 278 Jaguari, sendo necessário trazer para esse Comitê o Paraíba do Sul e por isso achando que o
 279 processo está comprometido. Também cabe considerar a vazão da recuperação da capacidade
 280 de reservação das águas, devendo envolver a Secretaria da Habitação. A Sra. Paula C.
 281 Ramalho (SBC) pede esclarecimentos em relação aos sistemas que foram discutidos e
 282 informou que ficou em dúvida se a SABESP considerou dados referentes a 2014 e solicitou
 283 esclarecimentos sobre os níveis de alerta. O Sr. Alexandre (FIESP) deixa o pleito de ajustar o
 284 prazo para 10 anos. Que haja um cronograma atrelado e não simplesmente a postergação e
 285 que seja consignada que a partir da proposta guia que esse Comitê já estabeleça um
 286 cronograma e também que seja de fato realizada uma Audiência Pública após 18/09. O Sr. Piza
 287 (FABHAT) diz que manteria os 30 anos com revisão a cada 10 anos. O Sr. Amauri Pollachi
 288 (SSRH) ressalta que a maior parte das manifestações colocadas, foi a questão de se posicionar
 289 pelo período de 30 anos por um período mais curto de 10 anos. Outra foi se promover essa
 290 renovação de outorga agora ou se deveria ser postergado. Mostra a exposição do cronograma,
 291 na mesma forma como em 2014, as condições objetivas para se promover o processo de
 292 renovação de outorga não estavam colocadas, não se deve nesse momento obstar o transcurso
 293 desse processo, não omitir na manifestação e se em setembro ou outubro não houver as
 294 questões objetivas para que a renovação da outorga se dê, irão apoiar qualquer iniciativa nesse
 295 sentido. Vai seguir adiante com as regras estabelecidas, se perceberem que não há condições
 296 para isso, podem até manifestar-se dentro de uma Audiência Pública. É colocado que esse
 297 Comitê tenha um cronograma propositivo, fica consignado na deliberação de colocar um item
 298 adicional que o Comitê irá trabalhar num cronograma próprio, no sentido de promover essa
 299 discussão até o prazo estipulado. Outro aspecto que foi colocado, os modelos de simulação
 300 sempre podem e devem ser aperfeiçoados. Não foi colocada a questão de 20% para o PCJ
 301 porque não estamos certos dessa porcentagem. O modelo de simulação hoje disponível, que
 302 o LabSid tem, pode dar essa indicação mês a mês esse nível de vários alertas. A ANA e o
 303 DAEE possuem os modelos matemáticos. A proposta do estudo da SABESP não teve tempo
 304 de ser avaliada no âmbito do Comitê. O Sr. Romeu propõe a inserção de um texto do
 305 documento assegurando prazo suficiente. É sugerida a inserção de Audiência Pública na
 306 Deliberação. Sr. Amauri Pollachi (SSRH) relata sobre a proposta de acréscimo a dois itens: o
 307 7.2.6 para incluir um texto sobre o pagamento de serviços ambientais aos municípios que fazem
 308 parte da Bacia do Cantareira e o 7.1.5 que haveria um acréscimo para a colocação da vazão
 309 mínima da Barragem Paiva Castro, que sejam reduzidos os atuais metros cúbicos por segundo
 310 para valores compatíveis para a demanda dos usuários, a preservação da vida ecológica,

311 aquática e situações de contingência de jusante. É colocada em votação a inserção desses
312 dois itens e é **aprovada** com 21 votos a favor, 1 contra e 1 abstenção. Colocada em votação a
313 renovação da outorga do Sistema Cantareira para o período de 30 anos, obteve 9 votos a favor
314 e a proposta pela qual defende por **10 anos**, teve a aprovação de 13 votos e 2 abstenções,
315 sendo, portanto, **aprovada** essa última. É votada a proposta de inserir um artigo na Deliberação
316 relativo a um Plano de Ações do Comitê para que se prepare para o período subsequente: “o
317 Comitê do Alto Tietê, por meio de sua diretoria estabelecerá um cronograma de ações com o
318 objetivo de promover as discussões técnicas e propositivas até a conclusão do processo de
319 renovação da outorga”. Também colocar no texto da Deliberação que o Comitê deverá
320 promover gestões para promoção de Audiências Públicas. **É aprovado por unanimidade**, com
321 24 votos a favor. É votada a Deliberação com os adendos e é **aprovada** com 24 votos e 1
322 abstenção. O Sr. João Ramos lembra que vários debates trazidos no Comitê têm seus fóruns
323 específicos para discussão prévia. **7. Outros Assuntos:** Não havendo ninguém mais que
324 queira se pronunciar, o Vice-Presidente agradece e encerra a reunião. Esta ata constitui o
325 resumo dos registros taquigráficos da ata na íntegra da reunião e foi elaborada pela Taquígrafa
326 Márcia Reis (mbrpesquisa@terra.com.br).